

# Escolas de São Paulo registram mais de 30 mortes por Covid-19 após um mês de retorno presencial

**Aulas voltaram a ser suspensas e governo do Estado anuncia data de vacinação para professores**

Por Andre Nunes, Julia Lourenço, Luiza Fernandes, Tábata Santos e Yasmin Marchiori

Com o retorno das aulas presenciais em fevereiro, o número de alunos, professores e funcionários infectados pela Covid-19 ultrapassou a marca de dois mil casos um mês depois. O total de mortes no mesmo período chegou a 33, sendo 19 delas de funcionários. Após aumento acelerado de contaminações em todo Estado as aulas voltaram a ser suspensas.

Em 16 de março de 2020, quando o País registrava poucos mais de 100 casos da doença, o Governo do Estado de São Paulo decretou suspensão gradual das atividades escolares, de instituições públicas e privadas, chegando ao cancelamento total no dia 23 do mesmo mês. A partir de então, as escolas particulares puderam optar pela forma de conduzir o ensino remoto, que tiveram início logo após a suspensão, enquanto a rede pública estadual retornou apenas em 27 de abril através do aplicativo Centro de Mídias de São Paulo.

Após 11 meses de aulas a distância, o governador João Dória (PSDB), anunciou o retorno presencial para 8 de fevereiro de 2021 nas escolas estaduais. Para as instituições privadas a data era dia 15 do mesmo mês. Todas deveriam seguir o Plano São Paulo, criado pelo Centro de Contingência do estado, que determina até 35%

da capacidade total quando a região estiver nas fases vermelha e laranja e até 70% na fase amarela. Cerca de 3,3 milhões de alunos retomaram às atividades na data prevista, em mais de cinco mil escolas estaduais, de acordo com o governo.

Mesmo com retomada gradual em esquema de rodízio e de forma híbrida, com alternância entre ensino virtual e presencial, as aulas voltaram a ser suspensas pouco mais de um mês depois, no dia 11 de março, após acelerado crescimento do número de infectados no estado.

## O vai e vem do retorno presencial

Em junho de 2020, o governador de São Paulo anunciou a primeira proposta para o retorno às aulas presenciais, combinadas ao ensino remoto. Uma das condições para a retomada era de que a cidade deveria estar a mais de 28 dias na fase amarela. O anúncio foi duramente criticado pelos sindicatos da categoria, por pais e professores, que afirmavam não enxergar condições para retorno às aulas com a marca de 50 mil mortos por Covid-19. Outra preocupação era com o cumprimento das medidas sanitárias, tendo em vista as condições precárias de muitas escolas.

O debate sobre o retorno das aulas foi então transferido para a esfera municipal. Dória alegou que respeitava a autonomia

das prefeituras para que decidissem sobre a abertura ou não das escolas e em quais circunstâncias. O resultado foi: decisões diferentes de cada município, o que dificultou o mapeamento das consequências da retomada das aulas.

Na capital paulista, por exemplo, o prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou a reabertura apenas para a realização de atividades extracurriculares a partir de 7 de outubro, desde que obedecessem a capacidade máxima de 20% do total de alunos. O retorno, porém, não era obrigatório e ficava a critério das instituições e das famílias. Em novembro, menos de um mês após o início da abertura gradual, a alta de casos e internações em todo o Estado de São Paulo fez com que Covas fechasse novamente as escolas.

Na véspera de Natal, o governo estadual definiu novas regras para as aulas presenciais, previstas para iniciar no dia primeiro de fevereiro de 2021. As escolas da educação básica, que atendem alunos da educação infantil até o ensino médio, poderiam receber diariamente até 35% dos alunos matriculados nas fases vermelha e laranja; na fase amarela, o percentual subia para 70% e a fase verde permitia 100% dos estudantes. Já as instituições de ensino superior poderiam reabrir apenas na fase amarela, com até





**Professores protestaram em frente a prefeitura de São Paulo contra volta às aulas sem segurança**

35% das matrículas e, na fase verde, com até 70%. Nas fases vermelha e laranja, apenas cursos de área da saúde poderiam ter aulas presenciais.

Em coletiva de imprensa realizada no dia 25 de janeiro, Dória adiou a volta para o dia 8 de fevereiro. Em resposta, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) sinalizou uma possível greve a partir desse dia, sob a justificativa de que colocaria em risco a saúde dos profissionais e das crianças, além de expor os familiares ao vírus. As aulas tiveram retorno na data prevista e a greve foi anunciada dois dias depois, com baixa adesão.

Apenas uma semana após a reabertura, em 14 de fevereiro, a Apeoesp emitiu nota sobre o aumento no número de infectados na comunidade escolar, chegando a 329 casos confirmados da doença em mais de 180 escolas do Estado. Dois dias depois, o número havia saltado para 741 infecções e, no dia 25, mais de 1.045 estudantes, professores e trabalhadores da educação testaram positivo para a Covid-19.

Em março, quando o número de casos suspeitos passava dos 24 mil, entre escolas públicas e privadas, Dória decretou recesso escolar para conter o avanço da pandemia, com retorno previsto para o dia 28, o que não se concretizou.

Saline Santos, professora de sociologia da rede pública estadual, voltou a trabalhar presencialmente por um mês e afirma que, as turmas estavam vazias, com cerca de cinco alunos por sala.

"Apesar do número reduzido de estudantes, alguns insistiam em retirar a máscara para se alimentar durante a aula; outros a utilizavam de forma incorreta, deixando o nariz descoberto".

Já para Cláudia Prisco, professora do ensino infantil, em geral os alunos se mostraram conscientes da importância de seguir os protocolos. Entretanto, na educação infantil, passar horas de máscara e afastados uns dos outros é um desafio para quem precisa mais de acolhimento. Prisco diz ainda que alunos com menos idade estão passando pelo processo de readaptação e que muitos deles choram, tornando difícil manter a distância segura para evitar a contaminação.

Em nota, a Apeoesp afirmou que a decisão de suspender as aulas é favorável a ação movida pelo sindicato e outras entidades de educação. "Estamos há mais de um mês em greve. Essa é uma verdadeira conquista do nosso sindicato, da nossa categoria, das demais entidades, de todos que valorizam a vida e que combateram e combatem a política irresponsável que vem sendo praticada pelo secretário estadual da Educação. Nós vamos continuar vigilantes até o final", afirma a deputada professora Babel, presidente da Apeoesp.

No último dia 24, o governador de São Paulo anunciou para o dia 12 de abril o início da vacinação para professores da educação básica, de escolas estaduais, municipais e particulares de todo o estado, desde que profissional se encaixe na faixa etária de 47 anos ou mais.

### **A desigualdade socioeconômica escancarada pelo retorno escolar**

O retorno trouxe à tona as diferenças entre escolas públicas e privadas da capital. No primeiro momento de retorno para atividades extracurriculares definido por Covas, em outubro de 2020, apenas uma escola das quase quatro mil da rede pública municipal anunciou que abriria na data sugerida pelo prefeito. Em contrapartida, grande parte das escolas particulares abriram e puderam seguir as restrições e medidas impostas pela prefeitura.

As condições socioeconômicas das crianças que frequentam as Escolas Públicas do Estado de São Paulo exercem influência direta no que diz respeito a protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o IBGE, o Brasil conta atualmente com cerca de 13 milhões de pessoas em extrema pobreza, aquelas que, de acordo com o Banco Mundial, vivem com até R\$151 por mês. E quase 52 milhões na pobreza, com renda de até R\$ 436 por mês. Além disso, são 77 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único, via de acesso aos benefícios sociais, e 41 milhões de pessoas recebem o Bolsa Família. O país ainda tem 41 milhões de trabalhadores informais.

Um estudo realizado pelo APEOESP, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos (Dieese) revelou que 93,4% das unidades escolares no Estado de São Paulo teriam de ser adequadas para seguir o distanciamento mínimo de 1,5 m entre os alunos, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A partir desta realidade, a completa falta de condições financeiras e a dificuldade para filtrar informações que instruem na prevenção correta contra o coronavírus, somada infraestrutura inadequada das escolas públicas, a disseminação do vírus se mostrou mais acelerada nas escolas do estado. Desta forma, torna-se inviável que esses ambientes proporcionem um local seguro para abrigar crianças, professores e colaboradores.